

NOTÍCIAS DE GUIMARÃIS

SEMANÁRIO DEFENSOR DOS INTERESSES DO CONCELHO — FUNDADO EM 11 DE JANEIRO DE 1932

Redacção e Administração: L. Conselheiro João Franco, 30.

Composição e Impressão: Tip. Minerva Vimaranesa.

Director, editor e proprietário — ANTONINO DIAS DE CASTRO.

TRISTEZAS ! Ferros Curtos Política de realizações

Unamo-nos em perfeita comunhão de ideias e veremos que o vento muda de rumo, trazendo a bonança à nossa terra.

Do «N. de G.»

Guimarães, mau grado seu, continua no estado de atraso em que a deixaram, tanto a inércia dos seus dirigentes, como a indiferença dos dirigidos. Esse atraso, em relação a terras vizinhas, é tam grande e tam manifesto, tam evidente e tam palpavel, que, os vimaranenses, jámais poderão alcança-las, nos nossos dias, por maiores que sejam os esforços empregados e por maiores, também, que sejam as energias dispendidas, tal é o avanço progressivo que elas conseguiram, mercê do esforço devotado dos seus dirigentes e da harmonia dos dirigidos. Os clamores constantes, legítimos e sentidos, andam espalhados pela sua imprensa em prosa e em verso, o que não impede que tudo continue na mesma cruciante modorra; resultado: enquanto os outros avançam e progridem, dando alegria às suas terras, movimentando o seu comércio, como a sua industria, Guimarães, impávida e serêna, continua sem se importar com o bem comum, qual seja o engrandecimento, embora parcelar, do torrão que é o bérço de todos os vimaranenses. Se assim não fôsse, se a nossa suposição carecesse de fundamento, não teria razão de ser — como tem, evidentemente, — o apêlo generoso e sincero que serve de terna a este artigo, cheio de acrisolado patriotismo, proferido pelo sr. cónego Alberto de Vasconcelos, diante da numerosa assistência, no dia da inauguração do monumento a João Franco. Que melhor dia e melhor ocasião haveria para despertar a alma vimaranense, senão aquele em que a grata Guimarães prestava justo e merecido culto ao que fôra seu desvelado protector? Quem melhor que o sr. cónego Vasconcelos, pela sua posição, pela sua cultura e pelo seu saber, poderia ser escolhido para chamar ao bom caminho a alma vimaranense?

Baldado empenho! Tempo perdido! Tomaram tanto a peito as sentidas palavras do sr. cónego Vasconcelos, uniram-se tanto, para conseguir a almejada bonança, que estando à porta as festas da cidade e depois de se ter reunido uma comissão especial para resolver o assunto, êste ficou sem a solução desejada ou, melhor, com solução negativa, isto é, Guimarães, não tem, êste ano, as suas festas que já tinham repercussão no país inteiro. Dolorosamente triste!

Como querem os vimaranenses levar a efeito problemas que demandam a intervenção de estranhos e, possivelmente, o auxílio do governo e dos seus organismos, se ela não resolve, nem soluciona, por si só, problemas que tinha obrigação moral de efectivar com os seus próprios recursos? Compreende-se lá, por ventura, que uma cidade de tradições tam longínquas, como Guimarães, não tenha recursos em todos os campos e em demasia, para levar a efeito as suas Festas Gualterianas?

Como explicar, então, tam retumbante fracasso numa terra onde há energias e valores incontestáveis? Por dedução lógica, chegamos a esta conclusão: *andam dispersas as energias; andam desavindos os valores.* E', certamente, por isso, que o sr. cónego Alberto de Vasconcelos escolheu, inteligentemente, o dia mais propício para dizer aos vimaranenses o que lhe ia na alma e o que lhe ditava o coração, com o único fim de congraçar os desavindos. A intenção é plena de nobreza e cheia de unção cristã e, por consequência, inapagável; inapagável é, também, a resposta que lhe deram: *Guimarães a fazer gala das suas misérias.*

MANUEL DE GUIMARÃIS.

COISAS & LOISAS

BOAS NOVAS

A título de *aperitivo* para uma boa disposição dos meus prezados leitores, que nem sempre estarão dispostos a aturar-me, principio por lhes dizer que fui informado, por pessoa de inteira confiança, de que vai, finalmente, ser dado novo destino ao prédio n.º 66 da rua 31 de Janeiro, assim como ao *casebre* da Avenida Cândido dos Reis, o *simbolo* das misérias de Guimarães e o *reflector* do criminoso desleixo de quem, desde há muito tempo, devia ter tomado as devidas providências.

Não é, pois, sem tempo, que se procura resolver um assunto de reconheci-

da necessidade, porque o citado *casebre*, sobretudo no que diz respeito à parte arquitectónica, *peca* por *excesso* de antiguidade. Nos tempos que precederam a vida de Cristo, justificar-se-ia a sua existência. Hoje, só por afronta à dignidade dos vimaranenses se poderia tolerar. Mas, como a sentença está lavrada, aguardemos o resultado.

Igualmente me informaram de que a rua Capitão Alfredo Guimarães vai ser iluminada. Muito e muito bem. E' assim mesmo que se atendem os desejos dos munícipes da Câmara desta terra. Desprezá-los é que não estaria certo. Seja qual for o *rotulo* político das pessoas que contribuem para o engrandecimento da cidade e concelho de Guimarães, nunca deixarei de fazer justiça aos seus actos. Assim costume proceder e assim procederei.

Festas da Cidade

II

PÊSAMES

Aquele entéro das festas — Tal e qual o publiquei — Fez sangrar, poliu arestas, Fez inchar vaidosas testas... E eu, francamente, gostei!

Tirando-me de cuidados, Fui colher «opiniões» De seres autorizados, De espiritos encravados que «enterraram» Guimarães...

«Cá das Festas da Cidade — Diz um — se quer que lhe diga, Não me int'ressam, é verdade. Com tôda a sinceridade: — Do que eu trato é da barriga...»

As Festas Gualterianas — Fala um negociante rico — Puseram-nas em pantanas; Um dia deram-lhe as ganas, E caíram no penico...

«Festas? o meu ideal, A ambição «porreira» e bela E' — frisa um industrial — Um bom prato de vitela E «carrascão verdial...»

«Há quem festejos reprove? «Num» sei. Quem quiser que saia. Fazer despesa... E se chove? Antes quero andar na praia A guiar meu «automóve»...»

«Tantas Festas! para quê? Tomem banho! vão rezar! Dinheiro meu — ninguém vê; Custou-me bem a ganhar, E quem quiser que lh'o dê.»

A Associação Comercial, Logo que entrei e me viu, Fez-se branca como a cal, E não tugi nem mugiu: — Um silêncio sepulcral!...

Reportagem mal-fadada De condolências funestas A' Cidade amortalhada: Que reduziram-lhes as Festas — A pó, terra, cinza e nada...

BANDARILHEIRO.

BOM EXEMPLO

O pessoal da Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, visitou, há dias, a Exposição Colonial, o que se deve ao gesto simpático e louvável dos proprietários dêste estabelecimento fabril, que proporcionaram ao referido pessoal tôlas as vantagens e facilidades, quanto ao meio de transporte e à entrada na Exposição. De facto, a Exposição Colonial é uma escola onde se adquirem conhecimentos vários, partindo dos mais vulgares e acabando nos de mais alta importância, motivo porque destas visitas alguns bons resultados são colhidos. O que é de lamentar é que todos os industriais não o entendam assim, isto é, que não facilitem ao seu pessoal uma visita à Exposição, sob todos os pontos de vista interessante. Mas os proprietários da Fábrica da Cruz de Pedra fizeram mais: depois de visitada a Exposição, convidaram o seu pessoal a dar um passeio recreativo, percorrendo a Foz, Matozinhos e Leixões. E aqui está como, sem quebra de disciplina, se angaria a simpatia dos subordinados, que não são escravos, pois que, se têm deveres a cumprir para com os seus patrões, também estes os têm para com aqueles. Separada a diferença de categorias, há apenas que respeitá-las, mas com um respeito mútuo. E para não ir mais além, termino por felicitar os proprietários da dita Fábrica e muito principalmente os seus gerentes e meus prezados amigos srs. Antero Henriques da Silva e António Simões.

QUAL O MOTIVO?

No último número do «Noticias» perguntava eu se a ordem para limpeza dos prédios foi de carácter geral. Hoje, volto a fazer a mesma pergunta, por-

Falando em política de realizações, quero dizer, sòmente, que a cidade e concelho de Guimarães não podem continuar na retaguarda do progresso. E' preciso caminhar para a frente, sem tergiversações, de modo que desapareça, de uma vez para sempre, o *marasmo* em que esta terra tem vivido, sobretudo nos últimos tempos, — tempos tam ingratos para ela! A desculpa de que as circunstâncias assim o têm permitido — pois é assim que *livram a água do seu capote* todos aqueles que pouco ou nada têm feito — já é coisa que deve ter passado de moda. Mas, se o passado, passado está, olhe-se, dora-avante, para a necessidade de não deixar atrazar mais o progresso de Guimarães, injustamente prejudicado e imerecidamente abandonado. Urge, pois, compensar o que se tem perdido, cujas consequências são muito para lastimar, visto que só têm acarretado prejuizos aos vimaranenses, colocando-os numa inferioridade deprimente. Feita a história do que se tem feito nesta terra, só então se reconhecerá quais são os principais responsáveis do *atrofiamto* do seu progresso, que ainda pode fortalecer-se, se assim o quiserem aqueles que para isso mais podem concorrer, desde que o esforço colectivo e o individual se unam numa só fôrça e numa só vontade. Se a união faz a fôrça, provado está que ela é indispensável para transformar em *actos* e *factos* aquilo que até hoje não tem passado de uma apatia estruturalmente contrária aos direitos e regalias de uma terra laboriosa como esta, estando, portanto, em condições de ser digna de um tratamento bem diferente daquele que tem tido. Em face disto, porque não se há-de entrar, o mais rapidamente possível, numa política de realizações? Porque não se há-de ir até junto dos Poderes Públicos para se conseguir a realização das aspirações do povo de Guimarães?

Isto de cada um pensar em resolver êstes assuntos debaixo das suas *telhas* é o mesmo que não fazer nada. O momento presente é de atitudes decisivas e concretas e não pode resolver-se sem energia e persistência, dentro, é claro, da devida e precisa correcção e ordem, qualidades que, felizmente, não faltam à grande maioria dos habitantes desta terra. Uma vez penetrados dêste dever todos os vimaranenses, que o sejam de alma e coração, verão satisfeitos os seus desejos, porque seria mais do que uma injustiça não atendê-los. E como não é só de esperanças que o homem vive, passe-se do campo dos *paliativos* para o das *realidades*, porque só estas podem justificar a tal política de realizações.

O nome de Guimarães tem de continuar no seu posto de honra e o seu progresso tem de reviver. E' uma terra que não pode andar à mercê dos caprichos de uns e da indiferença de outros, porque isto só a prejudica. Respeite-se, pelo menos, o seu passado, todo cheio de grandiosidade, e não se esqueça o nobre exemplo daqueles antepassados que deram vida, honra e glória a Guimarães, abrindo-lhe, sem obstáculos, o caminho do progresso. Guimarães, cantinho fagueiro e mimoso dêste Minho encantador, é, como disse P.º António Caldas, a cúria augusta do primeiro Afonso, bérço nobilíssimo da nacionalidade portuguesa, que assenta em prados verdejantes, os quais se alastram nas fraldas da serra pitoresca de Santa Catarina, aprazível e bela estância — tam bela e tam pitoresca, que mereceu de um dos nossos antigos infantes o seguinte comentário: *Quem te deu, não te viu, se te vira, não te dera.*

MIOBA.

que vejo os pequenos de *cara lavada* e os grandes a continuarem com ela tôda suja. Vê-se isto, mas não se compreende. E agora, que vem a propósito, lembro aquele dito que há — *o exemplo deve partir do alto*, razão por que o edificio das Escolas Centrais também deve ser abrangida pela *tal ordem*. De entre outros que têm *escapado*, na Rua Francisco Agra, figura êste. E assim se justifica a minha pergunta: *A ordem para a limpeza é de carácter geral!* Se o não é, qual o motivo?

NÃO PODE SER!

A pouca fruta que tem aparecido no mercado é tôda açambarcada para negócio, ficando apenas, exposta à venda aquela que está verde e que, nestas condições, não devia vir para o mercado. Assim aconteceu no penúltimo sábado, dia em que tôda a fruta boa foi totalmente açambarcada, o mesmo sucedendo com os ovos. Para evitar mais protestos, será bom que sejam tomadas providências, quanto a uma e outra coisas. Quanto à fruta verde, lá estão

os meus amigos srs. Drs. Mário Dias e Joaquim de Barros, que não se poupam a trabalhos — e até sacrificios — para fazerem uma fiscalização rigorosa.

MAIS UMA OPINIÃO

Maria Eduarda, apreciada colaboradora do «Comércio de Guimarães», condena, no n.º 4780 dêste antigo bisemanário, os torneios de tiro aos pombos, fazendo sôbre o assunto as mais interessantes considerações. E' uma lição de uma competente mestra, cheia de ensinamentos, e é também um apêlo aos apaixonados dos torneios, no sentido de lhes incutir mais compaixão para com as inofensivas pombas. As minhas felicitações à primorosa colaboradora, muito principalmente por ter a feliz lembrança de se referir à barbaridade dos torneios, condenando-os com argumentos que são dignos da ponderação de tôdas as pessoas cultas. Como se vai vendo, a minha opinião não é uma opinião isolada. Ainda bem.

Pipi.

Animula vagula, blandula...

(Notas e Cartas de um Médico da Província)

(10)

Maio:

A cura do mirante surtiu efeito. Leonor era outra vez a despenhada mossa cheia de graça e a pequenita saltava-nos do colo para brincar. Tiraram para ali a máquina de costura: a obra fôra apreciada pelo delicado e perfeito acabamento, e gostaram da lisa modéstia das contas. Vieram novas encomendas e pedidos. Havia trabalho. Tinha outra graça, a natureza. Ria o vermelho das cerejas, pequenas contas de coral, por entre as fôlhas das árvores, como ramos de ovitos pendurados ao sol, e afagava o olhar, por além campos, em côres vivas de pastel, a escala de tonalidades do verde na paisagem, o verde claro e tenro, o verde bronze, o verde cinza, o verde escuro, limoso, glauco, o verde trespassado de oiro, alegre e leve, o verde lâmina de aço — nos sobreiros, nas oliveiras, nos pinheiros, carvalhos e castanheiros, nas acácias, nos ôlmos e negrilhos, — veludo e seda, onda no mar e sombra de encosta. Andava a faina das lavras — tanto que nascia o sol, as terras animavam-se de trabalho; em grupos, as mulheres — de corpete ou lenço traçado ao peito, os homens arremangados, e os bois, e os arados. Noutras leiras, as batatas e o cebôlo. Colhiam-se as ervilhas e os morangos. Pela senda branca de estradas e carreiros, vindos lá de longe, viam-se andar os cestos das hortaliças e das flores, a caminho do mercado. Súbito, no pendor afastado das vertentes, retintilavam sinos, músculos de som fazendo gymnástica ao ar livre. Na imensa calma do azul, alegrada ao sol, formigava, latejava, e subia, intensa e forte, dominadora olimpica, a inquieta ascêse da vida para a sua comunhão na vida pelo amor. E o amor, como verdadeiro sol, picava e aquecia as almas despertadas, activando sentidos, mordendo em desejos, rindo apetites. Rumoravam as loiras ondas dos centeios, batiam mais apressados os teares, cantavam as picaretas na pedra, luziam as enxadas, e, sulcada de fresco, a terra cheirava a corpo. Pelos montes, em escusos recantos de caminhos, dobras de parede enlaidadas pela hera, tapumes de vides silvestres, sombras pecadoras amaciavam-se como ninhos de tentação.

Naquela manhã, ao ir mais cedo ao quintal, cansado pela noite de espertina, grande e sêca desolação me tomou. Achei-o de revoltoso confuso, árido e deserto. Os dias entravam no verão, o sol aquecera forte, estiolando a relva e as flores, emurchecidas ao frio e chuvas granisentas das últimas trovoadas de Maio. Tinha passado a quadra a muitas flores, de outras refrendisciam ainda os caules. Abafada e mole, indolentemente, mas como raiosa, espreguiçava-se a atmosfera sobre as coisas, estreitecia o horizonte, detinha o pensamento, qual severa reprimenda da idade madura a castigar a juvenil folgança espiritual e amorosa. Eram as forças reconcentradas da germinação, quando na terra, consumidos os namorados idílios da primavera, se desenvolve o trabalho calmo e lento da maternidade. Os greiros de milho das sementeiras já despontam em verdes canas folhadas.

Há, nas estações, dias de outras estações, como, em nossos anos, perdidas horas de tempos idos — assim, na primavera, o pesado morno do estio ou o janeirinho frio de neve, qual em mim, naquele instante, o sonolento e cansado entorpecer de mais velho. Sentei-me no banco. Talvez assim me sentisse, por ter livre a manhã. O homem afaz-se depressa, mesmo ao que lhe seja penoso, e eu encontrava, não podia escondê-lo, certo encanto na luta que se travava para salvar a filha de Leonor. E estava salva, ao menos por agora. Quando me despedi e deixei o casal no alegre estonteio de páscoa florida, a pobre mãe contente, beijando-me a mão, declarou, terminantemente, que não voltava à fábrica. Casada, com uma filha, sua vida era — ser esposa e mãe. Viver para a sua casa — viveria para a sua casa. Precisava de trabalhar — trabalharia. Mas sem deixar por outra, mais rendosa na aparência somente, mais rendosa que fosse na verdade, a vida doméstica.

Abraçei-a, e beijei efusivamente a pequena. A inteligência do sentimento, enquanto em mim se operava tam embaraçada e vagarosa elaboração mental, o seu coração de mãe, adivinharam, apanharam a causa do mal danoso, que lhe estivera a vitimar a filha. Ela presentia, sem o traduzir, que fôra o traumatismo moral, brusco, violento, intenso e profundo, as más condições de vida intra-uterina, com o encarceramento e o esforço profissionais, entre contrariedades e angústias, que haviam conduzido a criança a crises graves de

Sobre um artigo

Foi ótima a impressão que causou no meio Vimaranesense o *Fundo* de «O Primeiro de Janeiro», de 22 do corrente, subordinado à epígrafe «A Penha e o Poeta Bráulio Caldas» por *Júlio Brandão*.

Os Vimaranesenses, que costumam pagar tôdas as dívidas de gratidão, não se esquecerão de quem foi seu devotado amigo e que tão maravilhosamente soube cantar as belezas da Penha. Para isto, basta ler os primorosos versos do saudoso Poeta, que são uma entusiástica consagração a Guimarães, sobretudo à encantadora montanha da Penha, tam rica em prodígios da Natureza.

O referido artigo fala, também, da amizade que havia entre Bráulio Caldas e Jerônimo Sampaio, amizade a que este nosso amigo — nesta qualidade e na de Vimaranesense — deseja prestar homenagem, com a colaboração de outros amigos, cuja iniciativa não é de agora, mas sim de há algumas dezenas de anos. Como Vimaranesenses, fazemos votos pelo triunfo dos seus desejos, visto que eles nada mais significam do que um dever de justa gratidão a que outros amigos da Penha também têm direito.

Uma carta

O sr. Nicolau Tolentino dirigiu ao nosso colaborador Pipi a seguinte carta, que nos foi entregue com o fim de lhe darmos o destino que entendessemos. Se bem que os assuntos nela apontados já tenham sido todos tratados pelo nosso referido colaborador, damos-lhe publicidade, visto que é mais um que se vem associar às campanhas que no nosso jornal se têm feito, tôdas elas com o fim de engrandecermos a nossa terra.

Essa carta é do teor seguinte:

Guimarães, 14-7-934.

Prezado Colega Pipi:

Dirigindo-me a V. ... julgo que prestarei, por bairrismo e amor à minha terra, algum benefício à sociedade vimaranesense.

Princípio por pedir desculpa ao meu bom amigo, e peço perdão de qualquer falta, pois eu, em português, não sou muito profundo.

Como V. Ex.^a tem escrito, no valoroso «Notícias de Guimarães», sobre certas necessidades desta terra, focando, principalmente determinados aspectos que se tornam ascorosos. venho, com a devida vénia, lembrar factos palpantes, que, naturalmente, talvez já são do seu conhecimento.

Por exemplo: aquele malfadado Castelo dos Almadas, que é um *escarro* vergonhoso para a nossa Comissão de Estética. Comissão esta que devia ter agido com mais energia. Mas o Castelo

por proposta do ilustre vereador e meu conterrâneo, sr. A. L. de Carvalho, vai ter o seu fim, visto — e muito bem — ter sido entregue ao nosso capitão Luís de Pina, velho conterrâneo e amigo, a resolução final, sem auxílio dos vários engenheiros, que pupulam por esta terra.

Ora, meu bom amigo, princípio por lhe dizer que muito me agrada a resolução que a nossa C. A. da Câmara vai tomar, segundo ouço dizer, quanto ao miserável *casebre* que se ostenta à entrada da Avenida Cândido dos Reis.

Esse *casebre* é a vergonha das vergonhas. Pertence a um opulento capitalista da nossa terra, que, melhor do que qualquer *remediado*, pode fazer as obras indispensáveis.

Quanto à firma Vinagre & Vinagreiro, outra vergonha, esta no coração da cidade, nas *barbas* do nosso Rei D. Afonso Henriques, que, de envergonhado, lhe virou as costas. Aqui só se vêem caixotes com sardinhas, bagagens, carros ou caminhetas e n cima dos passeios e, para cúmulo, as ditas caminhetas sobem a rua D. João 1.^o, directamente ao Toural, sem vergonha nem consideração pelas posturas municipais, que isto proíbem. Não têm vergonha nem respeito pelas Autoridades, apesar de morar, ali perto, talvez dez metros de distância, o sr. Presidente da Câmara.

Bom seria que a C. A. da Câmara mandasse puxar à frente a fachada daquele prédio e assim acabar, de uma vez para sempre, com aquela vergonha.

A mesma C. A. da Câmara, com o auxílio do Fundo do Desemprego, devia nomear desempregados, para fiscalizar muitas posturas que, até agora, não têm sido devidamente respeitadas, proibindo jogos de futebol em tôdas as ruas e largos da cidade, cortes de flores nos jardins públicos, colocação de roupas a secar às janelas, condução de várias coisas por cima dos passeios, fiscalização das corridas de automóveis dentro da área da cidade, fiscalização do leite, fiscalização do horário de trabalho nos estabelecimentos industriais e comerciais, punição das faltas de educação, etc., etc.

Com estas providências, julgamos que tudo entraria nos eixos, visto estar tudo fora dêles. Agora que o Campo da Feira está a ser bastante frequentado, deviam ser proibidos, neste local, os escadouros de roupa, como também deviam ser regadas as ruas da cidade, nesta época de calor. O meu caro amigo e colega Pipi, desculpe-me fazer estas observações que, por certo, não são

Exames do 2.º grau

Terminaram ontem, nesta cidade, os exames do 2.º grau e só temos a louvar o procedimento correcto dos dignos professores que fizeram parte dos 4 júris que funcionaram aqui. Orientados, todos, por um único critério — o da justiça, as suas decisões foram bem recebidas, embora alguém pretendesse malsiná-las, sem causa, o que não é de estranhar, porque dificilmente se encontra trigo sem joio. Nós, que em nada estamos ligados a prestímosa classe do Professorado Primário, a não ser pela muita consideração que temos por estes obreiros da civilização, estimamos imenso que o serviço de exames tivesse decorrido na melhor ordem, tanto mais tratando-se dos professores do nosso concelho, que são trabalhadores, zelosos e competentes, como mais uma vez se verificou pelo elevado número de examinandos que apresentaram a exame.

Pena é que o seu trabalho e a sua dedicação não sejam remunerados suficientemente, isentando-os de algumas privações a que os sujeitam as necessidades da luta pela vida. Mas a hora da justiça há-de chegar, visto não haver mal que sempre dure.

mais do que aquelas que o meu bom amigo tem feito.

Agora, e para terminar:

Também discordo da aglomeração de carreiros e engraxadores nos passeios do Toural que, não reparando em quem passa, proferem os mais indecentes palavrões, como ainda o disse, há dias, o Meretíssimo Juiz de Direito, em pleno Tribunal.

De V. Ex.^a, amigo certo,

Nicolau Tolentino.

epilepsia frustra, alternando com não menos graves depressões atónicas. Pagou-me com a notícia de todo o meu trabalho!

Mas, certo é que me acostumara à matinal jornada e sentia-lhe a falta. Adoramos, na criança, as esperanças da vida; gostamos de nos ver iluminados; por aquele sorriso que não sabe ainda. O casal novo abre-nos a perspectiva da vida ainda para viver, ou traça-nos o saudoso quadro da paisagem sentimental, que lá vai extinta nas brumas do passado. E, vencida a agrura das horas inquietas, em que nos obstinamos a lutar contra o mal, já recordamos o êxtase da purificação dolorosa, por que então passamos — talvez, no duelo entre o bem e o mal, a vitória do bem não seja mais do que a lembrança do mal pasadoo.

O céu entrovouara. Riscava-se, ao longe, em cortes sêcos de relâmpagos. Os passaritos voejam rentes ao chão. Tombaram algumas pingas, sôltas e grossas. Duas borboletas perseguíam-se no ar, ao raio vivo de sol que rasgava as névens, primeiro em assalto e fuga, depois brandura de ritmo em bailar de graça; subiram alto, rodopiaram estreitas, uniram-se, abraçaram-se, beijaram-se, e, logo, de asas sobrepostas, uma delas se desprende, veio a oscilar como fôlha sôlta de flôr, e caiu morta.

EDUARDO D'ALMEIDA.

São indispensáveis algumas erratas ao n.º anterior. 5.^a linha — mais se comprometem e não mais se comprometeram; 37.^a linha — alterando a medíocre e não alterando a medíocre; 39.^a linha — mudanças súbitas e não mudanças subitas.

Folhetim por A. L. DE CARVALHO

n.º 12

TOURAL

Chafariz e Cruzeiro do Toural

Enquanto a rajada ciclopica da inovação vai destruindo a muralha e os homens da governança vão discutindo o projecto das casas a construir em seu lugar, convido o leitor a atentar na história singela de dous modestos quão expressivos monumentos que ali no *Toural* se erguiam: um Chafariz e um Cruzeiro.

Fala do primeiro um historiadador: — «Tem esta Praça entre si, e as casas que a cercam da parte do sul, um chafariz de seis bicas, que correm de taças de pedra bem lavradas e tem no alto uma Esfera de bronze dourada, e ao pé dela um Escudo com as armas de Portugal, e nas costas deste, outro com uma Águia negra coroada de ouro, com um leiteiro aos pez que diz — ano de 1588. E' este chafariz todo cercado de assentos e escadas de pedra para se recrearem os que ali vão. (1)

Foi este um dos primeiros monumentos decorativos do *Toural*, ainda quando este rossiô era guarnecido por casas de um andar e taipa e pela muralha: — «casas de alpendradas sobre colunas de pedra, excepto ao do Vendaval e da parte de entre o Norte». (2)

Em muitos «acordãos» municipais se alude a este chafariz: — «q. nenhuma pessoa lance no chafariz do *Toural* ...roupas ou meadas, sebolos ou alfoces ou outra alguma cousa com q. suje a agoa...» — q. nenhuma pessoa se banhe no chafariz do *Toural*... ou nele leve bestas a beber com pena de 500 reis para acusador e concelho. (3)

Foi para obstar ao uso de ali levarem animais a beber que, mais tarde, em 1724 mandaram para junto do elegante chafariz um pequeno tanque das *Lages*, o qual pelo seu proprio uso ficou sendo conhecido por — *Tanque das Bestas*. (4)

Uma aura de popularidade trouxe o chafariz cantado no *Pregão* das festas escolásticas da nossa academia, — as celebradas e tradicionais festas «Nicolinas» que um estatuto irmandadeiro regulava. (5)

Aludem ao chafariz do *Toural*, entre outros, os *Pregões* dos anos de 1827, 1829, 1838, 1840, 1842, 1843, 1844, 1845 e 1846. (6)

Este chafariz foi demolido no dia 3 de Junho de 1873, para ser levantado de novo no jardim do Carmo, onde se encontra actualmente. (7)

Em uma gravura dos meados do século XIX vê-se qual era a posição deste chafariz no rossiô do *Toural*: ficava à vista de quem desembocava o *Postigo de S. Paio*. (8)

Este «chafariz grande de duas taças muy vistoso», como escreveu o monografista vimaranesense P.^o Torquato (9) fazia boa visinhança a um cruzeiro, que se erguia do lado Norte do *Toural*. A êle se refere o mesmo escritor, por êstes termos:

— «Entre esta Praça do *Toural* e as casas que a cercam está um cruzeiro de pedra, muito alto & soberbo, lavrado com todo o primor da arte sobre um pedestal que assenta em um patim de pedra, para onde se sobe por cinco escadas, & tem à roda do pedestal por baixo, aonde está firmada a haste da cruz, um leiteiro que diz: Esta obra mandou fazer o

amparo espiritual da grei obscura que caminhava na vida trabucando e rezando.

E quando junto do Cruzeiro do *Toural* as criaturas do Senhor passavam, desbarretando-se, fizessem-no, embora, por supersticiosa devoção; caso é que tudo parecia luzir à volta do Cruzeiro — até o próprio mercadejar do linho fiado em serões de inverno, no lar do rico e do pobre, e que as vendedeiras ali expunham em dias de mercância semanal.

Notas:

- (1) Mem. Ress., P.^o Torquato, fl. 322.
- (2) «Corografia Portug.», fol. 48.
- (3) L.^o das Vereações, n.º 10, fol. 34 V, (an. 1642), n.º 15 — ano 1692.
- (4) L.^o das Vereações, n.º 21, fol. 141 V.
- (5) Est. da Irm. de S. Nicolau (1691).
- (6) «Revista de Guimarães», Bandos Escolásticos, por João de Meira. Vol. 22, ano de 1925.
- (7) «Guimarães», P.^o Caldas, Vol. 1.^o, fol. 166.
- (8) «O Labor da Grei», fol. 112.
- (9) Obra citada, fol. 51.
- (10) «Efemerides por João Lopes de Faria».
- (11) P.^o Caldas, Vol. 1.^o, pag. 366 e «Guimarães há 100 anos», por João Lopes de Faria, na Rev. «Gil Vicente».
- (12) Será o cruzeiro q. vi na freguesia de Polvoreira?...

FEIRAS FRANCAS de S. GUALTER

É nos próximos dias 4, 5 e 6 de Agosto que entre nós se vão realizar, à falta das Festas Gualterianas, as Feiras Francas de S. Gualter, que são, sem dúvida, uma das mais concorridas do Minho, levadas a efeito, este ano, pelos briosos Empregados do Comércio, que assim quiseram dar mais uma prova de bairrismo e de iniciativa.

As Feiras efectuar-se-ão, como de costume, no amplo Largo da República do Brazil, que se apresentará engalanado com vistosas ornamentações e numeroso abarreamento.

Haverá durante os dias das feiras várias manifestações, distribuição de valiosos prémios aos expositores dos melhores exemplares de gado e dois grandes festivais, no mesmo local, com iluminações feéricas, compostas de 8 mil lumes, concêrto musicais pelas Bandas dos Bombeiros V. de Guimarães e do Pevidem, e três importantes sessões de fôgo de artifício dos já conhecidos e afamados pirotécnicos da Ponte da Barca, Rio Tinto e Taipas.

O Largo das Feiras apresenta já muitas barracas de brinquedos e divertimentos.

As feiras prometem ser este ano muito concorridas em virtude da importância dos prémios a distribuir, e os festivais de sábado e domingo devem atingir grande brilho.

D i n h e i r o

Dá-se a juros, sôbre hipoteca.

Para informações, nesta redacção.

Uma linda exposição no Colégio do Sagrado Coração de Maria

O magnífico Colégio do Sagrado Coração de Maria, instalado no grande Palacete de Vila Pouca, já hoje um dos primeiros estabelecimentos de ensino da nossa terra e, sem dúvida, um dos melhores do país, realizou, na penúltima semana, a exposição dos trabalhos das suas alunas.

Acendendo a um amável convite do ilustre corpo docente de tam importante estabelecimento de ensino, o «Notícias de Guimarães» visitou a interessante exposição que nos revelou não só a muita competência das distintas professoras do Colégio do S. C. de Maria, mas também a arte, a aplicação e a paciência das suas educandas.

Em dois amplos salões estavam expostos muitos trabalhos, desde o pequenino vestido para boneca ao trabalho mais difícil em bordado, desenho, pintura, corte, etc., etc., tudo disposto com mim' pelas bondosas irmãs de caridade que se encontram à frente de tam modelar estabelecimento.

Sem desprimor para nenhuma outra, seja-nos permitido destacar os trabalhos das alunas: D. Maria Deolinda da Costa Carvalho, de Penafiel, D. Maria Eugénia Martins da Fonseca Franco Frazão, de Castelo Branco, D. Maria Emília Campos Moreira Sampaio, de Felgueiras, D. Maria da Assunção Viamonte da Silveira Lobo Machado, D. Rosa de Jesus Ribeiro Oliveira, D. Ermelinda e D. Sílvia Penafort, desta cidade, etc.

Felicitando tôdas as alunas do Colégio de Vila Pouca, pelo seu aproveitamento tão brilhantemente demonstrado na exposição de trabalhos, felicitamos igualmente tôdas as bondosas professoras do mesmo estabelecimento de ensino, directora, etc.

Umás e outras são bem dignas dos maiores elogios e parabéns pelos frutos colhidos durante um ano de cuidado e inteligente tra-

balho escolar, quer no que respeita a trabalhos como aqueles que pudemos ver e muito nos encantaram, quer ainda pelos óptimos resultados colhidos nas provas de exame primários e secundários.

As nossas felicitações, pois, e os nossos agradecimentos.

DELFIN DE GUIMARÃIS (VIMARANES)

Passa hoje o aniversário natalício do nosso querido amigo e conterrâneo, e ilustre colaborador do «Notícias de Guimarães», sr. Delfim de Guimarães (Vimaranes) que, mercê das suas qualidades de carácter e inteligência, conta no nosso meio as maiores simpatias.

Não podendo esquecer esta data, apresentamos as nossas mais sinceras felicitações ao bom amigo, bem como a sua ex.^{ma} família.

Da Cidade

Grupo dos Infalíveis — É no próximo dia 18 de Agosto que este reputado grupo vimaranense inicia o seu 6.º passeio anual, que se prolongará por 6 dias.

A exemplo dos anos anteriores, fará distribuir, profusamente, pelas terras do percurso o seu magnífico número-único de propaganda bairrista, que costuma satisfazer plenamente, quer pelo seu excelente aspecto gráfico, quer ainda pelas brilhantes pênas que lhe têm emprestado o seu brilho.

Este grupo, criador deste género de propaganda, tem sido louvavelmente imitado por outros grupos cidadãos, o que nos aprás registar, pois que com isso muito tem lucrado a nossa vetusta cidade.

Exames — Fizeram exame do 2.º grau, com distinção, as meninas Maria Antónia Magalhães Bastos Azevedo e Ana Maria Flores de Matos Chaves e o menino José António Simões de Menezes, inteligentes filhos, respectivamente, dos nossos queridos amigos srs. António de Azevedo, Dr. Fernando de Matos Chaves e Mário Menezes, distintos professores da nossa Escola Industrial e Comercial de «Francisco de Holanda».

— No Pôrto e nesta cidade, fizeram também exame de 2.º grau, ficando distintos, a interessante menina Maria Amélia e o estudioso menino António Alberto, queridos filhos do nosso bom amigo e importante industrial, sr. Alberto Pimenta Machado.

— Igualmente completaram, com distinção, o mesmo exame os interessantes meninos Fernando Pizarro, Amadeu e Francisco, filhos, respectivamente, dos nossos bons amigos srs. dr. Eduardo de Almeida, Amadeu da Costa Carvalho e Eduardo Ferreira.

— Completou o 2.º ano do Liceu, com uma honrosa classificação, o inteligente menino Rodrigo José dos Santos Félix, filho do nosso prezado amigo sr. Alfredo José de Sousa Félix.

— No liceu desta cidade, concluíram, com honrosa classificação, o 2.º ano, as interessantes meninas Ermelinda e Sílvia de Sintra Penafort, queridas filhas do nosso amigo sr. Amadeu C. Penafort.

— Em Lisboa, num dos liceus, fez, com muito brilho, exames de 3.ª, 4.ª e 5.ª classes, a nossa inteligente conterrânea ex.^{ma} sr.^a D. Helena Barbosa Faria da Silva.

— Fizeram exame de 2.º grau, nas escolas desta cidade, ficando distintos, a menina Maria Emília Alves da Silva e o menino Alberto Gomes da Silva Guimarães Júnior, filhos do nosso amigo sr. Alberto Gomes da Silva Guimarães e sobrinhos do também nosso amigo e ilustre colaborador sr. Delfim de Guimarães.

— Também fez o mesmo exame, ficando aprovado, o menino António, filho do nosso amigo sr. Agostinho Dias de Castro.

— Concluiu o 5.º ano do liceu com uma boa classificação o inteligente académico Francisco Duarte, filho do nosso amigo sr. Domingos Duarte.

A todos os classificados, a suas famílias, bem como a outros de que, por lapso não tenhamos dado notícia, as nossas felicitações sinceras.

Inspector escolar — Este ve nesta cidade o sr. Manuel Boaventura, digno Inspector Escolar do Distrito. Sua ex.^a assistiu ao serviço de exames, tendo palavras de reconhecida satisfação para com os membros do júri, cujo critério de justiça muito o sensibilizou.

Notícias pessoais — De Melgaço regressou ao seu solar de Simaens, Felgueiras, o nosso bom amigo, sr. Dr. Maximiano Pinto de Simaens.

— Por estes dias parte para Melgaço, a fazer a cura das águas, o nosso bom amigo e distinto notário, sr. Dr. António José da Silva Basto Júnior.

— Estiveram entre nós os nossos prezados conterrâneos, srs. Verotídio Ferreira e Armino Gonçalves.

— Encontra-se entre nós o sr. Dr. Armando Crespo.

— Tem estado na capital o estimado negociante, sr. Alberto Gomes da Silva Guimarães.

Julgamento — Em tribunal colectivo respondeu, ante-ontem, António Ribeiro, «Mamãinha», acusado do crime de homicídio voluntário na pessoa de Manuel Machado, solteiro, sapateiro.

Fêz uma brilhante defesa do ráu o talentoso advogado e nosso querido amigo, sr. Dr. Eduardo de Almeida.

O réu foi condenado em 20 meses de prisão correcional, 1.000\$00 de imposto de justiça e 2.000\$00 de indemnização à família da vítima.

5.ª Rampa da Penha — O mau tempo obstruiu que se realizasse, no último domingo, como estava anunciada, a grande prova automobilista que despertou no norte do país o mais justificado interesse.

A mesma prova realizar-se-á brevemente.

Festas de S. Cristóvão — Embora prejudicadas pelo mau tempo, as festas a S. Cristóvão decorreram com entusiasmo e brilho.

Os motoristas reuniram-se em jantar de confraternização, que decorreu no meio da mais franca solidariedade e promoveram várias manifestações com música e fôgo.

Orquestra alemã — No Café do Toural tem-se feito ouvir um excelente grupo artístico, composto por quatro indivíduos de nacionalidade alemã, qua têm atraído para ali os amantes da boa música.

Artistas Luzis — Estes artistas exibiram, no último domingo, perante os olhares curiosos da multidão, vários e arrojados exercícios de acrobacia.

Viação acidentada — Em Tôres Vedras, foi vítima dum desastre de viação o nosso amigo, sr. Aníbal José Veloso, de Lisboa. Desejamos as suas melhoras.

— No domingo, foi de encontro a uma árvore, na Avenida Miguel Bombarda, um automóvel, do Pôrto, do que resultou ficarem feridos os passageiros, em número de seis, que foram pensados no Hospital da Misericórdia.

Excursões — Visitou-nos, na quarta-feira, como havíamos anunciado, uma numerosa excursão de médicos hidrologistas que admiraram a nossa Penha e os monumentos da cidade.

— No domingo esteve nesta cidade uma excursão levada a efeito pelo grupo recreativo «20 Amigos de S. João Novo», Pôrto, que se fazia acompanhar dum original filarmónica, a qual

veio apresentar-nos os seus cumprimentos.

— Partem hoje, em excursão, por várias terras do país, os componentes do grupo recreativo «Cinco amigos... até ver», que nos remeteram a quantia de 5\$00 para os nossos pobres.

Desejando-lhes boa viagem, agradecemos, em nome dos conterrâneos, o donativo.

Funeral — Com numerosa assistência, realizou-se, no passado domingo, na Paroquial de S. Paio, o funeral da sr.^a D. Carolina Lopes de Freitas.

Romaria de S. Tiago — Realiza-se hoje, na freguesia da Costa, a romaria de S. Tiago que, em tempos passados, foi motivo de grande atracção.

Freitas Soares — Deu-nos o prazer da sua visita o nosso querido amigo e inteligente poeta, sr. António de Freitas Soares Júnior.

Grandes festejos em Vizela

Vizela, uma das mais lindas células do concelho de Guimarães, está hoje em festa, que deve revestir grande brilhantismo devido à variedade do programa, que já é do conhecimento do público. Os festejos de hoje são os mesmos que deviam realizar-se no domingo passado e que, devido ao mau tempo, tiveram de ser adiados. No programa, há, apenas, uma ligeira alteração, que é a substituição de um dos ranchos das rendilheiras de Vila do Conde pelo rancho típico de Matozinhos, que em toda a parte onde se tem exibido tem causado o maior sucesso. Outros divertimentos interessantes proporcionarão aos forasteiros umas horas de gaande prazer, que aproveitando a frescura do soberbo Parque, sobretudo nesta ocasião em que vivemos sob um calor abraçador, não se arrependerão de visitarem neste dia a linda povoação Vizelense, que é um dos ful-

gros do concelho de onde só irradia beleza, saúde e conforto. Mas, voltando ao programa, temos mais a dizer que há fogo prêso, aquático e do ar, do mais surpreendente efeito, do conhecido pirotécnico Fernandes, de Lanhelas, um dos mais afamados artistas neste género. As iluminações e ornamentações, que estão a cargo do sr. Barreira, desta cidade, devem satisfazer por completo. Bandas de música, de entre as quais a dos Bombeiros Voluntários de Vizela, que se faz ouvir com muito agrado, executarão as mais agradáveis peças do seu repertório. Como se vê, vai ser um dia bem passado. Para facilitar a deslocação das pessoas que queiram aproveitar este agradável passa-tempo, a Companhia do Norte organizará comboios especiais, podendo as pessoas de Guimarães aproveitar o comboio recreio que recreio que parte daqui às 22 horas, com regresso à meia hora. E para terminar, porque a falta de espaço não nos deixa alongar mais, felicitamos à Comissão organizadora das Festas, composta de Vizelenses cheios de amor pela sua terra.

.....

.....

Liceu de Martins Sarmento

Matricula

A inscrição para a matrícula efectua-se de 1 a 10 de Agosto, por meio de boletim, sôbre o qual se inutilizará um selo fiscal de 7\$50.

Podem admitir-se inscrições de matrícula de 11 a 15 de Agosto mediante o pagamento de uma propina de 15\$00.

No átrio do Liceu, encontra-se afixado um edital com as condições.

Ros académicos

Recebem-se académicos dos primeiros anos do Liceu, em casa particular, com óptimo tratamento.

Falar nesta redacção.

Colégio de N. S. da Conceição

O Colégio de Nossa Senhora da Conceição, sito no Campo da Feira, modelar estabelecimento de ensino particular, está a progredir de ano para ano, facto bem claramente demonstrado pelos bons resultados que obtiveram as suas alunas neste ano lectivo. É, pois, motivo de orgulho para a nossa terra, porque os estabelecimentos de ensino desta natureza são, actualmente, muito poucos. O referido Colégio, que tem um corpo docente muito competente, é daqueles onde se educa e onde se instrue convenientemente. A sua digna Direcção e ao seu ilustrado corpo docente, apresentamos os nossos cumprimentos de felicitações.

Publicamos, a seguir, o resultado dos exames das alunas:

Liceu, 2.º Ano

Isentas das provas orais: Maria Alcina Claro, 15 valores; Maria Roland, 13; Maria Izabel Guise, 12; Arminda Dias Pereira, 12; Maria da C. Martins Pacheco, 12;

Admitidas às provas orais: Maria da C. Martins Fernandes, 12; Maria dos Santos Claro, 11; Adozinda Vaz Antunes, 11;

Passagem do 1.º ao 2.º ano: Maria Amélia Mendonça Pacheco, 16; Maria Bernardina L. Guimarães, 15; Maria do Carmo Serqueira, 15; Rosa de Oliveira, 15; Maria da Conceição Jacinto, 12; Edite Cunha e Costa, 10;

Exames de Conservatório

3.º ano de piano: Maria de Belém Machado, 14;

2.º ano solfejo: Odete Magalhães Carneiro, 18;

Instrução Primária

Luzia da Cunha e Sá, distinta; Maria Albertina Mendes P., aprovada; Maria Luzia de Castro O. Bastos, distinta; Maria Helena D. F. Abreu, distinta; Maria Queiroz Castro, distinta; Maria José Leite Guimarães, distinta; Maria José Machado, aprovada.

Visado pela Comissão de Censura.

« O ULTRAMAR NA ECONOMIA NACIONAL »

Uma notável conferência pelo grande economista sr. Dr. Nuno Simões.

Na sala Algarve da Sociedade de Geografia, de Lisboa, que estava completamente cheia, realizou, na noite de 12 do corrente, o sr. Dr. Nuno Simões, antigo ministro, e nosso querido compatriota, uma notável e brilhante conferência que veio confirmar mais uma vez o valor do grande e estudioso economista.

O tema da conferência foi «O Ultramar na Economia Nacional». Na assistência, entre muitas outras personalidades em evidência nos meios políticos, coloniais e económicos, encontravam-se os srs. dr. António Sérgio, Brigadeiro Raúl Esteves, Eng. Baccalar Bebião, dr. Domingos Pereira, Assunção Teixeira, Virgílio Maia, Matos Cruz, Luís Teixeira, Heitor Passos, dr. Albano Lino Franco, Carlos Pinheiro, dr. Augusto Monteiro, dr. Nunes dos Santos, Meira e Sousa, dr. Joaquim Saldanha, dr. Artur de Oliveira Ramos, José dos Santos, dr. Nunes Rica, dr. Mariano Felgueiras, António Belo, dr. João Barreira, Eng. Neves Cabral, Melchior Guedes, dr. Gaspar Machado, Alberto Cabral, António Pinto Teixeira, Eng. Hermínio Soares, Eng. Jales Guimarães, dr. Fortunato Guimarães, Eng. António Branco Cabral, dr. José Cardoso, dr. Jorge de Faria, dr. João Eloy, dr. Albuquerque Rodrigues, dr. Francisco Cruz, dr. Caves de Almeida, Conselheiro Camêlo Lampreia, dr. Hipólito Raposo, Eng. Veiga Lima, António Augusto Rodrigues, Tenente-aviador Sarmento Pimentel, João Mesquita, Marques Ribeiro, Reis Pôrto, dr. Alvaro Lobo Alves, dr. Manuel Anselmo, dr. Sá Nogueira, Prof. Anselmo Vieira, dr. Alberto de Azevedo Gomes, dr. Mário de Azevedo Gomes, Desembargador Lencastre da Veiga, Desembargador Ribeiro Castanho, dr. Leopoldino de Vasconcelos, dr. Afonso Lucas, dr. Manuel José da Silva, dr. Pais Rovisco, dr. Vaz Pereira, José Teixeira Soares, etc.

A sessão presidiu o sr. dr. Manuel Joaquim Correia, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, que foi secretariado pelos srs. Coronel Lopes Calvão, Albano de Sousa, dr. Francisco Veleoso e Carvalho Fonseca.

Fez a apresentação do conferente, em termos encomiásticos, o sr. Carvalho da Fonseca, Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial dos Droguistas que, por motivo da

realização do seu aniversário, solicitara do sr. Dr. Nuno Simões, a conferência.

Terminadas as suas últimas palavras, entra o dr. Nuno Simões na exposição do seu apreciável trabalho.

O conferente, depois de agradecer as palavras elogiosas que lhe haviam sido dirigidas, passou a ocupar-se do assunto da sua conferência, começando por citar a frase recente de Leautey: "A menos que por *parti-pris* estejamos dispostos à margem dos problemas políticos e económicos primordiais da época presente é impossível deixarmos de preocupar-nos com as questões coloniais".

E aceitando-a como norma para as nações coloniais pôs em relevo o que ela tem de imperativo para o nosso país cujo Ultramar não foi adquirido por compra, por herança, ou por convenções internacionais mas sim integrado na nação como as demais partes conquistadas na península pelo núcleo inicial portugalense.

Passou depois a examinar os índices gerais da economia nacional. Estudou o comércio especial do Portugal d'aquem e d'além-mar com o estrangeiro durante 5 anos, o da Metrópole com o Ultramar e o das províncias ultramarinas entre si, no mesmo período.

Quanto às exportações para o estrangeiro—disse—o valor médio anual da metrópole foi no período de 1927-31 de 33.656 contos ouro, enquanto que as do Ultramar somam 24165 contos-ouro ou 71,7 % do valor das da Metrópole.

O valor médio anual do déficit da balança do comércio especial de Portugal d'aquem e d'além-mar com o estrangeiro foi de 74.507 contos-ouro. Confrontando esse valor com o valor médio anual no quinquénio de todo o comércio especial do território português vê-se que equivale a 36,6 %. Se o confronto for com o valor médio anual das importações do estrangeiro para consumo no mesmo território atinge 56,3 %. Se for com os das exportações metropolitanas e ultramarinas para o estrangeiro, no mesmo período eleva-se a 120 %.

Prosseguindo, o orador afirmou que do exposto se depreende que estamos muito longe de produzir em território português o necessário para a população que o habita e que o valor do excesso da actual produção portuguesa sobre o consumo real chega para pagar ao estrangeiro metade do que somos forçados a comprar-lhe.

Examinou depois as trocas do comércio especial entre a metrópole e o ultramar e o comércio especial inter-ultramario no quinquénio de 1928-1932.

A Metrópole vendeu ao Ultramar, em média anual 4.472 contos-ouro e comprou-lhe 7.988. No comércio especial da Metrópole esses números equivalem a 11,61 % do valor médio das exportações e a 8,6 % do valor médio das importações para consumo. No comércio especial da Metrópole nas importações para consumo no quinquénio de 1927-31 foi de 14,81 % e nas exportações, incluindo as que a Metrópole depois exportou foi de 26,13 %. O valor médio anual no mesmo quinquénio do comércio especial entre as províncias ultramarinas foi de 1.335 contos-ouro: 805 de importações para consumo e 520 de exportações.

Com alguns exemplos eloquentes pôs em relevo o que o trabalho nacional tem vindo a fazer para conquistar o mercado português e o que a produção e o consumo metropolitano tem a esparar do consumo e da produção ultramarinos.

Provou como a viticultura, a oleicultura e as indústrias têxteis metropolitanas dependem do consumo ultramarino e como este interessa a toda a população que trabalha nesses ramos da nossa actividade.

Alguns números elucidativos dados pelo conferente: Andou à roda de 200 mil hectolitros o vinho português que o ultramar consumiu em 1933. De tecidos de algodão exportou a Metrópole para o Ultramar, no último ano 4.608 toneladas, no valor aproximado de 50 mil contos-ouro papel.

Depois de se referir ao esforço empregado para debelar a tremenda crise económica, o orador demonstrou qual a importância das províncias ultramarinas na economia geral da Nação. Assim, sem o ultramar, como viveria a Viticultura e a oleicultura metropolitanas? E as nossas indústrias, como as de tecidos de algodão, calçado e chapéus, como prescindir do consumo, mesmo reduzido como é actualmente, do Ultramar? Mas vamos mais longe: Há nas províncias portuguesas dalem-mar 600.000 brancos idos da Metrópole. Como viveriam eles? E as dezenas de milhares de portugueses que eles sustentam? Não paga o Ultramar aos seus funcionários o maior número evidentemente da Metrópole?

A 629.000 contos se elevaram as despesas públicas feitas pelo Ultramar em 1933-34, com recursos próprios e contas equilibradas. O orçamento de todas as despesas públicas feitas com as províncias ultramarinas, no mesmo ano, não passou de 28.000 contos.

Passou depois a examinar a posição das actividades ultramarinas na economia metropolitana.

Antes de terminar a sessão, o sr. dr. Manuel Joaquim Correia agradeceu ao conferente a admirável lição que ali fóra dar, demonstração do seu profundo conhecimento dos problemas nacionais, e das questões económicas da hora que passa.

O sr. dr. Nuno Simões, ao terminar o seu notável trabalho, foi, de uma maneira triunfal, carinhosamente aplaudido e cumprimentado.

Substituição inteira do pacto social da firma Oliveira, Irmão & Costa, L.^{da}, que passa a denominar-se Oliveira, Irmãos, Sucessores L.^{da}, com sede na freguesia de Pinheiro, em 16 de Julho de 1934.

Para todos os efeitos legais se publica que, por escritura desta data, lavrada nas notas do notário do concelho de Guimarães B.^{el} António José da Silva Basto Júnior, foi substituído inteiramente o pacto social daquela firma, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Oliveira, Irmãos, Sucessores, L.^{da}, continua com a sua sede no lugar da Brêa, freguesia de Pinheiro, desta comarca. O seu objecto é, como até aqui, o exercício do comércio e indústria de tecidos de lã, algodão ou sêdas, podendo explorar qualquer outro ramo que os sócios determinarem, excepto o bancário, e durará por tempo indeterminado, contando-se desde um de Janeiro de mil novecentos trinta e quatro o início das suas transacções.

2.º

O capital social, todo realizado, que, até aqui, era de quinhentos contos, é de quinhentos e setenta e cinco mil escudos, pertencendo a D. Maria Mendes da Silva Oliveira, cem mil escudos; a D. Maria das Dôres da Silva Oliveira, D. Ermelinda Augusta da Silva Oliveira, Agostinho da Silva Oliveira, Alfredo Norberto da Silva Oliveira e D. Maria Adélia da Silva Oliveira, dezassete mil escudos a cada um, ou sejam oitenta e cinco mil escudos; a D. Alzira Esteves Pereira de Oliveira, cincoenta mil escudos; a Miguel Angelo, Maria Madalena e Manuel Marcelino, trinta mil escudos a cada um, ou sejam noventa mil escudos; a Francisco da Costa Jorge, cem mil escudos; a Amadeu Constante Penafort, cem mil escudos; e a José de Oliveira Reis, cincoenta mil escudos.

3.º

Os suprimentos, quando necessários, são obrigatórios para os sócios sui-juris, até vinte por cento do capital. A gerência fica desde já autorizada a fazer a chamada dos suprimentos quando e na medida que julgar conveniente, mas nunca com antecedência inferior a quinze dias.

4.º

Os suprimentos, tanto os obrigatórios como os facultativos, vencerão o juro máximo que a lei permitir, assim como vencerão o mesmo juro os saldos credores ou devedores das contas dos sócios.

5.º

E' permitida a cessão total ou parcial de cotas entre os sócios; a cessão a estranhos,

porém, fica dependente do consentimento da sociedade, a qual, reserva para si, em primeiro lugar, e para cada um dos sócios, em segundo, o direito de preferência na aquisição.

6.º

A gerência dos negócios sociais fica dispensada de caução e fica afecta aos sócios Amadeu Constante Penafort e Francisco da Costa Jorge, que serão substituídos, no seu impedimento, pelo sócio José de Oliveira Reis, D. Maria Mendes da Silva Oliveira, D. Alzira Esteves Pereira de Oliveira ou D. Maria Adélia da Silva Oliveira, pela ordem porque vão indicados, de maneira a serem sempre dois os gerentes. Os documentos de responsabilidade, bem como cheques, letras e recibos tem de ser firmados em nome da firma, pelos dois gerentes, ou respectivos substitutos no seu impedimento, sem o que não terão validade. E' expressamente proibido o uso da firma em qualquer documento estranho aos negócios sociais. A gerência é remunerada com mil escudos mensais para cada gerente, sendo também remunerado o primeiro substituto com seiscentos escudos, este com obrigação de prestação de serviços na secção de tinturaria e acabamentos. A gerência terá, além da remuneração fixa, dez por cento dos lucros líquidos, cabendo oito por cento em partes iguais aos gerentes efectivos e dois por cento ao primeiro substituto. Os substitutos quando estiverem em exercício vencerão as remunerações e percentagens dos substituídos. A assembleia geral só poderá alterar as remunerações e percentagens da gerência pela maioria de três quartas partes do capital social. Os impostos que recaiam sobre o exercício da profissão ou quaisquer outros da mesma natureza, creados ou por crear, serão pagos pela caixa social, em conta de ganhos e perdas.

7.º

Por morte ou interdição de qualquer dos sócios, os herdeiros e cônjuges do falecido e os representantes legais do interdito poderão ficar na sociedade com os respectivos direitos e obrigações, e, sendo vários os herdeiros, deverão, de acôrdo com os sócios, sobreviventes ou capazes, escolher um que os represente a todos. Se, porém, aqueles herdeiros, cônjuges e representantes, não quiserem ficar na sociedade, nos termos indicados, continuará ela com os outros sócios, os quais ficarão com a quota e mais direitos sociais que pertenciam àqueles, pagando-lhes a quota, suprimentos e saldo da conta pelo valor realizado e mais a participação no fundo de reserva, acrescida ou deduzida, além disso, a importância dos lucros ou prejuízos verificados no último balanço aprovado à data do falecimento ou do trânsito em julgado da sentença declaratória da interdição. No caso de morte ou interdição, se

qualquer destes factos se der antes de decorridos seis meses depois do último balanço, será por este que se fará a liquidação, ao passo que se tiver decorrido mais de seis meses, se terá de dar um novo balanço com a data do falecimento ou interdição. Para se verificar o saldo real do sócio interdito ou falecido ainda tem que adicionar-se-lhe a parte que lhe corresponder em metade do saldo que apresentar a conta de desvalorização, nos termos do que preceitua o artigo número oito. O pagamento do saldo do sócio falecido ou interdito tem de fazer-se, salvo o direito de antecipação, em quatro prestações semestrais e iguais, acrescidas do juro que vigorar no Banco de Portugal, sendo as prestações representadas por letras aceites pela firma e avaliadas por todos os sócios maiores. Enquanto não estiver feito esse pagamento, é expressamente proibido à sociedade alienar, hipotecar ou por qualquer outra forma onerar os seus imóveis ou maquinismos, podendo no entanto substituir estes por outros mais aperfeiçoados, mas de valor igual ou superior.

8.º

Os balanços encerrar-se-ão anualmente, em 31 de Dezembro, devendo estar aprovados até trinta e um de Março do ano seguinte. Os lucros líquidos apurados, deduzidos cinco por cento para o fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido, ou sempre que seja preciso reintegrá-lo, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e assim serão suportados os prejuízos. Para o apuramento dos lucros líquidos, além dos cinco por cento para o fundo de reserva legal, ainda se fará obrigatoriamente a dedução de dez por cento do valor dos maquinismos e doutras contas susceptíveis de desvalorização sobre o valor originário, menos a dedução que já se houver feito em balanços anteriores. Esta desvalorização só deixará de efectuar-se quando a assembleia geral assim o determine, com o voto favorável de três quartos do capital social, e o montante respectivo será levado a uma conta especial não divisível pelos sócios, salvo nos casos de morte ou interdição em que a divisão é permitida, e por metade desse fundo. Tendo assim de fazer-se a divisão será levada à conta de cada sócio a parte que lhe corresponda na metade que se divide. Os lucros creditados em conta dos sócios só poderão ser levantados seis meses depois da aprovação dos balanços respectivos e durante esse tempo não vencerem juros, nas mesmas condições os prejuízos eventuais verificados, terão de ser repostos no mesmo prazo igualmente sem juros, que serão contados depois desse prazo. Cada sócio pode levantar da caixa social, mensalente, uma importância igual a um por cento do seu capital, para suas despesas e por conta dos lucros; a tais retiradas, porém, será aplicada a taxa de juro máximo em vigor à data do levantamento, da mesma

forma que se aplica aos suprimentos.

9.º

Dissolvendo-se a sociedade serão liquidatários todos os sócios que estejam em condições de contratar e procederão à liquidação e partilha como acordarem, podendo o estabelecimento social, com todo o seu activo e passivo, ser adjudicado a quem o pretender, pelo preço e nas condições que se julgar mais conveniente. Se, porém, mais de um sócio desejar adquirir os bens sociais, abrir-se-á licitação verbal entre os pretendentes, para ser adjudicado ao que mais vantagens oferecer.

10.º

Se algum sócio quiser afastar-se da sociedade, nunca por falta de cumprir a disposição que diz respeito a suprimentos, que não pode ser invocada, assim o comunicará à sociedade em carta registada e com aviso de recepção, com antecipação de, pelo menos, um ano, contado do primeiro balanço que se realize depois do aviso, regulando-se a sua saída pelo que preceitua o artigo sétimo. Neste caso a sociedade é obrigada a promover, no prazo de três meses, contados da data da recepção da carta do sócio que deseja sair, uma reunião da assembleia geral para resolver sobre a aquisição ou não da quota. Se essa assembleia se não realizar ou a sociedade não quiser adquirir a quota, fica o sócio com o direito de vender a quota a estranhos, ou de requerer a dissolução social, sendo imediatamente exigíveis os suprimentos e lucros que estejam creditados em sua conta; a saída, porém, nunca se poderá verificar antes do ano estabelecido, igualmente não podendo a dissolução fazer-se antes do mesmo prazo.

11.º

As reuniões dos sócios, quando a lei não prescreva prazo e formalidades especiais, serão convocadas por meio de cartas registadas expedidas com a antecedência mínima de oito dias.

12.º

Os casos omissos serão regulados pelas deliberações dos sócios legalmente tomadas e pelas disposições da lei applicáveis.

Guimarães, 16 de Julho de 1934.

O Notário,

António José da Silva Basto Júnior.

C A S A S

Vende-se a casa onde habitou a falecida D. Rosa Dias, na rua do Gravador Molariño, com mobília ou sem ela, e a casa junta, na rua do Espírito Santo, podendo mostrá-las e recebendo propostas o sr. Casimiro Martins Fernandes, da casa Manuel Pinheiro Guimarães & C.^a, Tóral.

Reserva-se o direito de não aceitar nenhuma proposta, se não convier.